

João Dallamuta
Luiz César de Oliveira
Henrique Ajuz Holzmann
(Organizadores)



Administração, Empreendedorismo e Inovação 6

João Dallamuta
Luiz César de Oliveira
Henrique Ajuz Holzmann
(Organizadores)



Administração, Empreendedorismo e Inovação 6

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A238	Administração, empreendedorismo e inovação 6 [recurso eletrônico] / Organizadores João Dallamuta, Luiz César de Oliveira, Henrique Ajuz Holzmann. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Administração, Empreendedorismo e Inovação; v. 6) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-775-8 DOI 10.22533/at.ed.758191111 1. Administração. 2. Empreendedorismo. 3. Inovações tecnológicas. I. Dallamuta, João. II. Oliveira, Luiz César de. III. Holzmann, Henrique Ajuz. IV. Série. CDD 658.421
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra é composta por pesquisas realizadas por professores de cursos de gestão. Optamos por uma abordagem multidisciplinar por acreditarmos que esta é a realidade da pesquisa em nossos dias.

Optamos pela separação em áreas amplas de conhecimento. No volume 1, trabalhos com uma abordagem empreendedora. No volume 2, trabalhos com vertentes em comportamento do consumidor e mercados. E no volume 3 uma abordagem gerencial ampla.

A realidade é que não se consegue mais compartimentar áreas do conhecimento dentro de fronteiras rígidas, com a mesma facilidade do passado recente. Se isto é um desafio para trabalhos de natureza mais burocrática como métricas de produtividade e indexação de pesquisa, para os profissionais modernos está mescla é bem-vinda, porque os desafios da multidisciplinariedade estão presentes no mercado e começam a ecoar no ambiente mais ortodoxo da academia.

Aos autores e editores, nosso agradecimento pela oportunidade de organização da obra, críticas e sugestões são sempre bem-vindas.

Boa leitura

João Dallamuta
Luiz César de Oliveira
Henrique Ajuz Holzmann

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES: AVALIAÇÃO DO GANHO DE EFICIÊNCIA EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA	
Pedro Henrique Pena Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.7581911111	
CAPÍTULO 2	15
CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO	
Ana Paula Klein	
Caciane Tainara Bloch	
Fabiane Luísa Zwick	
Diego Leonardo Wietholter	
DOI 10.22533/at.ed.7581911112	
CAPÍTULO 3	25
O FEEDBACK COMO FERRAMENTA NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	
Marcelo Nunes da Silva	
Maria Aparecida Canale Balduino	
DOI 10.22533/at.ed.7581911113	
CAPÍTULO 4	36
ASPECTOS RELEVANTES PARA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	
Roberto Medeiros da Fonsêca Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.7581911114	
CAPÍTULO 5	47
BENEFÍCIOS RELACIONADOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	
Wagner Igarashi	
Flávia Mayara Segate	
Deisy Cristina Corrêa Igarashi	
Lilian Moreira de Alvarenga Assolari	
Solange Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.7581911115	
CAPÍTULO 6	60
GERENCIAMENTO DA QUALIDADE TOTAL COMO FERRAMENTA DE COMPETITIVIDADE NAS ORGANIZAÇÕES	
Hevelynn Franco Martins	
Dirson Leite Lima Júnior	
Sérgio Henrique Ferreira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.7581911116	
CAPÍTULO 7	72
GESTÃO & GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE LEAN INFORMATION TECHNOLOGY PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	
Jefferson Soares dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.7581911117	

CAPÍTULO 8	90
IMPLEMENTATION OF SCENARIO PROSPECTING METHODS IN ECOLOGICAL FOOTPRINT INDICATORS FOR THE IDENTIFICATION OF AN ENVIRONMENTAL BALANCE IN THE PRODUCTION AND GLOBAL CONSUMPTION OF BEEF	
Regina da Silva de Camargo Barros	
DOI 10.22533/at.ed.7581911118	
CAPÍTULO 9	106
LOGÍSTICA DE TUBOS DE REVESTIMENTO E COMPLETAÇÃO NO MERCADO OFFSHORE UTILIZANDO A METODOLOGIA DMAIC PARA AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E REDUÇÃO DE DESPERDÍCIOS: UM ESTUDO DE CASO	
Junnia Fidalgo Barbosa Otacílio José Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.7581911119	
CAPÍTULO 10	119
O IMPACTO DO REGISTRO CONTÁBIL NA PROMOÇÃO DA REPUTAÇÃO E RECIPROCIDADE	
Anderson José Freitas de Cerqueira	
DOI 10.22533/at.ed.75819111110	
CAPÍTULO 11	132
INTEGRAÇÃO INTERNA E EXTERNA E A CAPACIDADE DE ABSORÇÃO COMO DETERMINANTES DO DESEMPENHO OPERACIONAL	
Adriana dos Santos Litvay	
DOI 10.22533/at.ed.75819111111	
CAPÍTULO 12	146
PERDENDO ALTITUDE: ASCENSÃO E DECLÍNIO DA INFRAERO	
Elaine Arantes Omar Daniel Martins Netto Jorge Miguel dos Reis Silva	
DOI 10.22533/at.ed.75819111112	
CAPÍTULO 13	166
ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS: UMA APLICAÇÃO NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS (PIM)	
Afonso Fonseca Fernandes Américo Matsuo Minori Raimundo Nonato de Souza Morais	
DOI 10.22533/at.ed.75819111113	
CAPÍTULO 14	179
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO (IFMA) CAMPUS PRESIDENTE DUTRA	
Deivid Pereira Ribeiro Francisco Kenedy Quinderé Aquino Ítalo Anderson dos Santos Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.75819111114	

CAPÍTULO 15	194
AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DOS GASTOS DO INSTITUTO FEDERAL DE DO NORTE DE MINAS GERAIS – IFNMG	
Gabriela Matos Miranda de Figueiredo Adriano Leal Bruni	
DOI 10.22533/at.ed.75819111115	
CAPÍTULO 16	206
GOVERNANÇA EM REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: RIGIDEZ E CONTROLE, OU FLEXIBILIDADE E COESÃO?	
Anne Carolina Tonon Seneme Casarin Miguel Eugenio Minuzzi Vilanova Ernesto Michelangelo Giglio	
DOI 10.22533/at.ed.75819111116	
CAPÍTULO 17	225
“TIPO SOCIETÁRIO COOPERATIVA”	
Aramis Moutinho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.75819111117	
CAPÍTULO 18	238
PROPOSTA DE MODELO DE AUDITORIA OPERACIONAL PARTICIPATIVA PARA O TCE/SC	
Thais Schmitz Serpa	
DOI 10.22533/at.ed.75819111118	
CAPÍTULO 19	258
POLÍTICAS PÚBLICAS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	
Elvis de Assis Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.75819111119	
CAPÍTULO 20	275
A PERCEPÇÃO ENTRE O REAL E O IDEAL DOS FATORES DA CULTURA E O CLIMA ORGANIZACIONAL DENTRO DAS TRÊS DELEGACIAS DA POLÍCIA FEDERAL NA REGIÃO DE FRONTEIRA DO BRASIL	
Eliane Rodrigues do Carmo Sandra Maria Coltre	
DOI 10.22533/at.ed.75819111120	
CAPÍTULO 21	289
CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO NORTE DE MINAS GERAIS (IFNMG)	
Rui Martins da Rocha Sônia Maria da Silva Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.75819111121	

CAPÍTULO 22 302

TEORIA DA AGÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM O DESEMPENHO ORGANIZACIONAL:
UM ESTUDO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRA BRASILEIRAS

Valdir Recalde de Oliveira

Juliano Lima Soares

DOI 10.22533/at.ed.75819111122

CAPÍTULO 23 324

POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E FATORES DE PRESSÃO NO TRABALHO:
ESTUDO DE CASO EM UM HOSPITAL PRIVADO

Pedro Eduardo da Silva Casteloni

Zélia Miranda Kilimnik

Kelly de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.75819111123

CAPÍTULO 24 336

ESTUDO SOBRE A GESTÃO DE RESÍDUO: UMA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DAS
FERRAMENTAS 5S E FLUXOGRAMA NO AMBIENTE HOSPITALAR

Mariangela Catelani Souza

Elizângela Cristina Begido Caldeira

Bruna Grassetti Fonseca

Carlos Alípio Caldeira

Lygia Aparecida das Graças Gonçalves Corrêa

Anderson G. Penachiotti

Fausto Rangel Castilho Padilha

Patricia Cristina de Oliveira Brito Cecconi

Humberto Cecconi

Ana Paula Garrido de Queiroga

Tulio do Amaral Pessoa

Felipe Fonseca dos Santos Marques

DOI 10.22533/at.ed.75819111124

CAPÍTULO 25 347

DETERMINANTES DO *RATING* DE CRÉDITO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
EM PAÍSES EMERGENTES E NÃO-EMERGENTES

Joao Tupinambá Gomes Neto

José Alves Dantas

Jorge Katsumi Niyama

DOI 10.22533/at.ed.75819111125

CAPÍTULO 26 368

COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL: ANÁLISE DO SUPORTE COMO
ANTECEDENTE E DA CIDADANIA COMO CONSEQUENTE

Márcia Baima Taleires de Vasconcelos

Ana Paula Moreno Pinho

DOI 10.22533/at.ed.75819111126

CAPÍTULO 27 381

PERCEPÇÕES DE MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS QUANTO À UTILIDADE
DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Deisy Cristina Corrêa Igarashi

Solange Pimentel
Wagner Igarashi
Flávia Mayara Segate

DOI 10.22533/at.ed.75819111127

CAPÍTULO 28 395

O COMPORTAMENTO DO INVESTIDOR NO MERCADO FINANCEIRO

Luiz Valdeci Primolan
Gildo de Souza Biserra
Larissa Santos Gomes Silva
Jéssica Carolina dos Santos
Harley Viana Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.75819111128

CAPÍTULO 29 407

OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DA PISCICULTURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS

Simone Cristina Silva Moraes

DOI 10.22533/at.ed.75819111129

CAPÍTULO 30 420

OS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DO PORTE DE EMPRESAS PREJUDICAM AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Jean Gleyson Farias Martins
Jizabely De Araujo Atanasio Martins
Rodrigo José Guerra Leone
César Ricardo Maia De Vasconcelos
Rossana Medeiros Ataíde Sampaio
Ricardo Vitor Fernandes Da Silva

DOI 10.22533/at.ed.75819111130

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 439

ÍNDICE REMISSIVO 440

DETERMINANTES DO *RATING* DE CRÉDITO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM PAÍSES EMERGENTES E NÃO-EMERGENTES

Joao Tupinambá Gomes Neto
José Alves Dantas
Jorge Katsumi Niyama

RESUMO: Os Acordos de Basileia e a crise financeira desencadeada a partir de 2007 evidenciaram a importância do *rating* de crédito das instituições financeiras (IF) atribuído pelas principais agências de *rating*. Com o aumento da importância do *rating* para o setor bancário, surgem questionamentos sobre possíveis diferenças na atribuição de *rating* de IF caso essas estejam sediadas em países emergentes ou não emergentes; e se o *rating* soberano de um país seria um teto limitador ao *rating* dessas instituições. Portanto, a pesquisa tem como objetivo avaliar se há diferenças nos determinantes dos *ratings* de crédito das IF, tendo como diferencial, em comparação a estudos anteriores, a segregação dos determinantes do *rating* das instituições financeiras nos dois blocos de países. A partir das conclusões, verifica-se que existem diferenças nos determinantes do *rating* das referidas instituições em função da classificação do país em que estão situadas. Observa-se que o *rating* soberano seria o principal determinante do *rating* das IF sediadas em países emergentes, juntamente com um indicador de qualidade dos ativos: participação dos empréstimos sobre os ativos totais. Nas

IF de países não emergentes, o tamanho e a qualidade das operações de crédito são as variáveis que mais teriam influência na amostra, seguidas do *rating* soberano.

PALAVRAS-CHAVE: *Rating*; Instituições Financeiras; Riscos; Países Emergentes; Países Não emergentes; Teto Soberano.

DETERMINANTS OF THE CREDIT RATING OF FINANCIAL INSTITUTIONS IN EMERGING AND NON-EMERGING COUNTRIES

ABSTRACT: The Basle Accords and the financial crisis triggered from 2007 have highlighted the importance of the credit rating of financial institutions assigned by the main rating agencies. Shareholders, investors, governments and regulators evaluate this rating as a sign of the financial health of financial institutions. Since the importance of the rating to the banking sector increased, questions about the existence of differences concerning rating attribution for financial institutions located in emerging or non-emerging countries arise; and whether the sovereign rating of a country would be the maximum limit for the rating of financial institutions, as mentioned in the literature. Therefore, the research aims to analyze if there are differences in the determinants of the credit ratings of financial institutions, differentiating,

when compared to previous studies, the segregation of rating determinants of financial institutions in both countries groups. From the conclusions, it is verified that differences between the rating determinants of these institutions exists, whether located in emerging or non-emerging countries. The size and quality of credit operations are the variables that would most influence the sample of financial institutions (FIs) of non-emerging countries, followed by the sovereign rating. For institutions located in emerging countries, it was verified that the sovereign rating would be the main rating determinant of these institutions, and also is the asset quality indicator: share of loans over total assets.

KEYWORDS: Rating; Financial Institutions; Risks; Emerging Countries; Non-Emerging Countries; Sovereign Ceiling.

1 | INTRODUÇÃO

O estabelecimento dos riscos de crédito de empresas, países e seus títulos, definidos pelas agências classificadoras de *rating*— as principais são Fitch *Ratings*, Moody's e Standard & Poor's (S&P) — assume particular importância para o funcionamento dos mercados financeiros e de capitais, ao reduzir a assimetria informacional entre os emissores e os investidores. A importância das agências de *rating* na atribuição do grau de investimento de países e de instituições financeiras tem se tornado cada vez mais relevante. Como exemplo dessa relevância, para o bem e para o mal, pode ser mencionado o fato de que a crise financeira internacional desencadeada em 2008 deveu-se, em parte, ao *rating* erroneamente atribuído aos papéis conhecidos como *Collateralized Default Obligations*, que estavam lastreados em hipotecas denominadas *Subprime*. As próprias agências de *rating* orientaram seus clientes a estruturarem esses instrumentos financeiros complexos lastreados nestas hipotecas, o que evidenciou o conflito de interesses (Saunders & Cornett, 2012).

Após a crise, as três maiores agências de *rating* passaram a reavaliar a metodologia para o risco de crédito, o que resultou em *downgrades* materiais do referido risco em instituições financeiras, especialmente em bancos dos Estados Unidos e da União Europeia (Packer & Tarashev, 2011). Esse maior impacto nos bancos se justifica pelo fato de o setor financeiro ter sido um dos mais diretamente afetados pela crise global. Pelas particularidades deste segmento e pelo fato de que as instituições financeiras estão sujeitas a problemas causados pelas informações assimétricas, o presente trabalho buscou avaliar os *ratings* de crédito e as mudanças na mensuração da referida medida de risco após o desenrolar da crise.

A respeito do *rating* de instituições financeiras, (King, Ongena & Tarashev, 2016) ressaltam que agências classificadoras de risco consideram as características intrínsecas dessas entidades por meio do *rating* individual (*stand-alone*), mas também é considerado o suporte governamental a essas instituições em uma situação de *default*, mesmo que os governos não detenham ações ou controle delas. Nesse caso,

as agências agregam a expectativa do apoio governamental ao *rating all-in*. Para exemplificar a importância do suporte governamental, durante a crise do *subprime*, governos como o norte-americano tiveram que intervir para evitar o colapso advindo de uma possível corrida bancária (Saunders & Cornett, 2012).

Considerando esse contexto, o presente estudo tem por propósito avaliar os determinantes do *rating* em IF, considerando se estão sediadas em países emergentes ou não-emergentes. Para esse fim, serão aplicados modelos econométricos para avaliar as variáveis que determinam os *ratings* das IF, com base em estudos anteriores, e aplicação do modelo de maneira segregada para IF de países emergentes e não-emergentes.

Além dessa parte inicial, que contextualiza o tema e define os seus objetivos, este estudo contempla: Referencial Teórico (Seção 2); Metodologia (Seção 3); Resultados (Seção 4); e Considerações Finais (Seção 5).

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Estudos empíricos sobre o *rating* de crédito de bancos

Até pela importância destacada na introdução, alguns estudos sobre o comportamento do risco de crédito atribuído pelas agências de *rating* às instituições financeiras são encontrados na literatura, como Bissoondoyal-Bheenick e Treepongkaruna (2011) e Hau, Langfield e Marques-Ibanez (2012).

Bissoondoyal-Bheenick e Treepongkaruna (2011) analisaram os determinantes quantitativos de *ratings* bancários, fornecidos pelas agências S&P, Poors, Moodys e Fitch no Reino Unido e na Austrália. Os autores utilizaram os dados de classificações no período 2006-2009 e constataram que as variáveis econômico-financeiras que medem a qualidade dos ativos como: a Provisão de Crédito para Liquidação Duvidosa (PCLD) sobre o total de empréstimos; quociente de adequação de capital (isto é, índice de capital total); índice de liquidez (ou seja, ativos líquidos para ativos totais); e relação de desempenho financeiro de um banco, tal como retorno sobre ativos (ROA), são determinantes significativos dos *ratings* de bancos comerciais em todas as agências de *rating*. Os autores constataram, porém, que as variáveis macroeconômicas não parecem ser um fator que contribui para explicar a classificação do banco nos dois países.

A qualidade dos *ratings* de crédito atribuídos a bancos dos Estados Unidos e da Europa pelas agências *Fitch Ratings*, *Moody's* e *S&P*, de janeiro de 1990 a dezembro de 2011, foi examinada por Hau *et al.* (2012). A partir de um método não paramétrico que interpreta *ratings* de crédito como avaliações relativas de solvabilidade, os autores mostraram que as notações de crédito tornaram-se mais informativas durante período de crise financeira; e encontraram evidências de que bancos maiores e mais alavancados recebem *ratings* de crédito sistematicamente mais favoráveis. Portanto,

constataram que existe um viés significativo na classificação do *rating* de grandes instituições financeiras em comparação às de menor porte, pelo fato de observar-se melhores classificações às entidades de maior porte.

Além disso, concluem que existem conflitos de interesse entre as IF e as agências de *rating*, já que verificaram melhores classificações de *rating* para instituições com maior volumes de negócios com as respectivas agências. Os autores também observaram que ocorre maior evidenciação em IF com risco de crédito rebaixado em comparação ao nível de *disclosure* das instituições com boa classificação de *rating*.

Hau *et al.* (2012) apontam para argumentações contraditórias na literatura, citando que a metodologia de *rating* da agência Moody's editada em 1999 sugeria que os *ratings* são medidas absolutas ou cardinais, enquanto outro documento, publicado pela própria agência em 2006 caracteriza os *ratings* de crédito como uma medida ordinal, ou seja, classifica a probabilidade de *default* das diversas instituições financeiras em uma escala, ao invés de prever a possibilidade de situações de crise nos bancos.

2.2 Desenvolvimento das Hipóteses de Pesquisa

As hipóteses foram desenvolvidas em função da literatura existente, para buscar a relação entre as variáveis explicativas com a variável *rating* das instituições financeiras.

A primeira hipótese se baseia no fato de que instituições financeiras de mesmo porte podem ser avaliadas de maneira distinta em função do *rating* do país em que estão situadas. Como agravante para os países emergentes, os *ratings* emitidos pela S&P e Moody's são críticos para investidores institucionais nos mercados emergentes devido a problemas informacionais e à restrição de participação de muitos investidores institucionais em títulos de grau especulativo (Han, Yoon, Reinhart & Moore, 2009).

H₁: Os determinantes do *rating* de IF de países emergentes são diferentes dos determinantes do *rating* de IF sediadas em países não emergentes.

Bissoondoyal-Bheenick e Treepongkaruna (2011) evidenciaram a importância do *rating* soberano pelo fato de que os emissores são governos nacionais e, também, pelo fato de que o referido *rating* afeta as atribuições para os emissores de títulos dos países analisados (indústrias, bancos, dentre outros).

Desta forma, os títulos emitidos por um governo municipal, estadual, ou por uma indústria regional dificilmente estariam em um nível da escala de *rating* superior ao *rating* soberano do próprio país, o que possibilita o desenvolvimento da segunda hipótese:

H₂: O *rating* das IF é positivamente relacionado com o *rating* soberano e este seria uma espécie de teto limitador ao risco de crédito de tais entidades.

De acordo com Damasceno, Artes e Minardi (2008), Hau *et al.* (2012) e Fernandino, Takamatsu e Lamounier (2014), a variável tamanho seria positivamente

relacionada com o *rating* das instituições financeiras, o que dá suporte à seguinte hipótese, a ser testada empiricamente:

H3: O *rating* das IF é positivamente relacionado com o tamanho dessas entidades.

Miranda (2008) ressalta que, pela metodologia CAMELS, a adequação de capital de uma instituição é classificada em níveis de *rating*, de acordo com fatores como: a quantidade e a qualidade do capital, a habilidade gerencial de aumento do capital, dentre outros. A referida metodologia (*Capital, Assets, Management, Earnings, Liquidity and Sensibility*) é baseada na análise das instituições bancárias recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI, 2001), e envolve os seguintes grupos de indicadores de solidez bancária: adequação do capital, qualidade dos ativos, capacidade gerencial, resultados, liquidez e sensibilidade ao risco de mercado.

Também ressalta outro item componente da metodologia CAMELS, que é a qualidade dos ativos. Em uma instituição financeira, uma situação de insolvência pode surgir a partir da deterioração de seus ativos, devido à incapacidade de gerar receitas suficientes para cobrir as despesas.

Dentre os indicadores relacionados à adequação de capital, cabe destacar o índice de imobilização do capital próprio (ICP) e o índice de independência financeira (IF) como componentes do bloco de indicadores capital e risco. No setor financeiro, cabe destaque para o Índice de Basileia, que representa a razão do patrimônio de referência em relação aos ativos ponderados pelo risco. Segundo Myers (2010), o capital regulatório representa o capital mínimo aceitável para as IF, portanto, o referido índice reflete percentualmente a adequação de capital aos ativos por meio de uma abordagem baseada no risco.

A partir das informações sobre os índices de adequação do capital e da qualidade dos ativos, foram desenvolvidas a quarta e a quinta hipóteses:

H4: O *rating* das IF é positivamente relacionado com os índices de adequação do capital e de qualidade dos ativos.

H5: O *rating* das IF é negativamente relacionado com a variável Qualidade das Operações de Crédito, por esta representar o quociente de PCLD sobre a carteira de crédito das IF.

O estudo do FMI (2001) corrobora com a hipótese de que as instituições que possuem melhores indicadores de rentabilidade possuem melhor *rating*. Quanto aos índices de liquidez, é comum a utilização do índice de liquidez dos ativos, da razão entre ativos líquidos e passivo circulante e; a razão entre empréstimos e ativos. As pesquisas de Miranda (2008); Capelleto e Corrar (2008) e Assaf Neto (2002) indicam que os indicadores de liquidez possuem relação positiva com a variável *rating*, ou seja, quanto melhor a liquidez da instituição financeira, melhor será o *rating* de tal instituição. Tais pesquisas possibilitam o desenvolvimento da sexta e da sétima hipóteses:

H6: O *rating* das instituições financeiras é positivamente relacionado com os

indicadores associados ao lucro líquido.

H7: O *rating* das instituições financeiras é positivamente relacionado aos indicadores de liquidez.

3 | METODOLOGIA

Neste capítulo, a pesquisa proposta é classificada, bem como são apresentadas a definição da população, período da amostra, o plano para coleta, o modelo, a definição das variáveis e a análise dos dados.

Esta pesquisa possui características predominantemente quantitativas, utilizando dados empíricos e a aplicação de modelo econométrico. Silva e Menezes (2001) ressaltam que a pesquisa quantitativa considera o que pode ser quantificável, traduzido em números, opiniões e informações e, em seguida, classificado e analisado, requerendo o uso de recursos e técnicas estatísticas. Conforme Walliman (2001), uma constatação empírica é aquela derivada de experiências. Em ciência, experimentos são um meio comum para obter-se uma constatação através de métodos empíricos.

3.1 Modelos Econométricos

Para a realização dos testes empíricos, é utilizado como modelo o *probit* ordenado, modelo multinomial de natureza probabilística utilizado principalmente para modelagem de uma variável dependente qualitativa ordinal. De acordo com Gujarati e Porter (2011), muitas vezes a variável resposta pode ter mais de dois resultados, e esses resultados são de natureza ordinal, não podendo ser expressos em uma escala de intervalo. Esse é o caso dos *ratings* emitidos pelas agências de avaliação de risco de crédito, que são classificados numa escala ordinal, definindo claramente uma hierarquia. Os modelos econométricos (3.1), (3.2) e (3.3) são utilizados para esse fim.

$$Y_{i,t} = a_0 + a_1 TAM_{i,t} + a_2 IFi,t + a_3 ICP_{i,t} + a_4 QOC_{i,t} + a_5 ROE_{i,t} + a_6 ROA_{i,t} + a_7 Part_Emp_{i,t} + a_8 Encaixe + a_9 R_{i,t} + e_{i,t} \quad (3.1)$$

Onde:

$Y_{i,t}$: corresponde ao *rating* de crédito do banco i , no momento t , apurado conforme Seção 3.2;

$TAM_{i,t}$: Tamanho do banco i , no momento t , mensurado como o logaritmo natural dos ativos totais;

$IF_{i,t}$: Independência Financeira do banco i , no momento t , medido pela relação entre o patrimônio líquido e os ativos totais;

$ICP_{i,t}$: Imobilização do Capital Próprio do banco i , no momento t , medido pela relação entre o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido;

$QOC_{i,t}$: Qualidade das Operações de Crédito do banco i , no momento t , avaliada

pelo nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação à carteira de crédito;

$ROE_{i,t}$: Retorno sobre o patrimônio líquido do banco i , no momento t , medido pela relação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido;

$ROA_{i,t}$ Retorno sobre os Ativos do banco i , no momento t , medido pela relação entre o lucro líquido e os ativos totais;

$Part_Empr_{i,t}$ Participações dos Empréstimos do banco i , no momento t , representadas pela relação entre o saldo das operações de crédito e os ativos totais;

$Encaixe_{i,t}$ Saldo do encaixe obrigatório do banco i , no momento t , apurado pela relação entre os depósitos compulsórios e os depósitos à vista;

RS Risco Soberano, mensurado pelas Agências de *rating* de forma a determinar o risco de crédito dos países, levando em conta fatores socioeconômicos.

O modelo *probit* será utilizado em duas etapas: na primeira, serão utilizadas as variáveis listadas no modelo (3.1). Na segunda, será incluída a variável *dummy*, em que o atributo 0 refere-se a país classificado como emergente e o atributo 1 refere-se a país não-emergente, conforme classificação do FMI, de 2011. Devido à ausência de significância da margem líquida e do ROE no modelo (3.1) e para evitar possível multicolinearidade, as referidas variáveis serão excluídas nos modelos (3.2) e (3.3). Após inclusão da variável *dummy* e exclusão das variáveis ROE e Margem Líquida, a equação será reescrita conforme modelo (3.2):

$$Y_{i,t} = a_0 + a_1 TAM_{i,t} + a_2 F + a_3 ICP_{i,t} + a_4 QOC_{i,t} + a_5 ROE_{i,t} + a_6 ROA_{i,t} + a_7 Part_Emp_{i,t} + a_8 Encaixe + a_9 R_{i,t} + a_0 dummy_{i,t} + e_{i,t} \quad (3.2)$$

Após a análise descrita nos modelos anteriores, será incluída a variável referente ao Índice de Basileia (IB) no modelo econométrico, de forma a avaliar se há alguma correlação do referido índice com o rating das instituições financeiras. Dessa forma, é testado o modelo (3.3):

$$Y_{i,t} = a_0 + a_1 TAM_{i,t} + a_2 IFi,t + a_3 ICP_{i,t} + a_4 QOC_{i,t} + a_5 ROE_{i,t} + a_6 ROA_{i,t} + a_7 Part_Emp_{i,t} + a_8 Encaixe + a_9 R_{i,t} + a_0 B_{i,t} + e_{i,t} \quad (3.3)$$

Quando a amostra passou a ser segregada em IF de países emergentes e IF de países não-emergentes, a variável *dummy* foi retirada, devido à estratificação da amostra pelos dois blocos de países. Também foi retirada a variável Índice de Basileia, para evitar a incidência de multicolinearidade após a segregação.

3.2 Definição da Variável dependente: o *Rating* das Instituições Bancárias

A mensuração da variável dependente dos modelos (3.1) a (3.3), representativa do *rating* de crédito de longo prazo atribuído pelas grandes agências de classificação

de risco – a Fitch *Ratings*, Moody's e Standard & Poor's (S&P) – às principais instituições financeiras de países membros do Comitê de Basileia.

Como os *ratings* são divulgados pelas agências classificadoras em escala qualitativa, através da utilização de letras, é necessária uma transformação dos *ratings* para uma escala numérica. Seguindo a ótica adotada nos estudos de Minardi, Sanvicente e Artes (2006), Damasceno, Artes e Minardi (2008), Hau, Langfield e Marques-Ibanez(2012), Soares, Coutinho e Camargos (2012) e Pereira e Martins (2015), os graus de *ratings* serão categorizados conforme consta no Quadro 1, sendo 7 equivalente aos melhores *ratings* (AAA e Aaa) e 0 equivalente aos piores *ratings* (CC, C, D, atribuídos pelas agências S&P e Fitch; e Ca e C pela agência Moody's).

Quando há divergência entre as categorias de *rating* nos dados coletados das três agências de *rating*, o valor da categoria será obtido por meio da média ponderada das três notas obtidas, arredondando-se para o valor inteiro mais próximo da escala apresentada no Quadro 3, pelo fato de que a variável deve ser discreta.

Categoria	S&P e Fitch	Moody's
7	AAA	Aaa
6	AA	Aa
5	A	A
4	BBB	Baa
3	BB	Ba
2	B	B
1	CCC	Caa
0	CC, C e D	Ca e C

Quadro 1. Variável dependente Y e *rating* de crédito

Fonte: Adaptado de Damasceno, Artes e Minardi (2008)

3.3 Definição das Variáveis Independentes

As variáveis explicativas/independentes a serem utilizadas na pesquisa são constituídas por índices econômico-financeiros, além de variáveis que representam o tamanho (TAM) das instituições financeiras e o risco soberano (RS).

Os índices econômico-financeiros utilizados na pesquisa são os que constituem a metodologia de análise das instituições bancárias recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI, 2001) denominada CAMELS, que envolve seis grupos de indicadores de solidez bancária:

- *C – Capital adequacy* (adequação de capital): Determina o quão bem as instituições financeiras podem lidar com choques em seus balanços. O nível de capital mantido pelas instituições financeiras deve ser condizente com a extensão dos riscos assumidos. Um capital adequado indica que a instituição possui maior capacidade em suportar perdas (FMI, 2001). De

acordo com a metodologia CAMELS e com as determinações dos Acordos de Basileia, as atividades bancárias são altamente sensíveis às variações econômicas, sendo necessária a manutenção de capital mínimo suficiente para cobrir eventuais perdas nos negócios ativos da instituição. O nível de capital das instituições financeiras atua também como um mecanismo de proteção dos depositantes. Segundo Bissoondoyal-Bheenick e Treepongkaruna (2011), as *proxies* comumente utilizadas para avaliar a adequação de capital incluem o Capital nível 1 e o capital regulatório total. Tais indicadores são utilizados pelos reguladores para avaliar a conformidade com o padrão de capital mínimo requerido para instituições financeiras. Dessa forma, os indicadores selecionados para análise de adequação do capital são a independência financeira (IF), a imobilização do capital próprio (ICP) e o índice de Basileia (IB).

- *A – Asset quality* (qualidade dos ativos): Segundo Hilbers, Krueger e Moretti (2000) a solvência das instituições financeiras normalmente está em risco quando seus ativos tornam-se prejudicados. Assim, torna-se importante monitorar os indicadores de qualidade dos ativos em termos de exposição excessiva a riscos específicos, tendências em empréstimos inadimplentes, bem como a rentabilidade da instituição. Cabe ressaltar que na variável índice de Basileia, relatada no item anterior, estão sendo considerados no denominador do referido índice os ativos ponderados pelo risco. Portanto, no referido índice há um componente relacionado ao Capital (numerador) e outro componente relacionado aos ativos ponderados pelo risco (denominador). De acordo com Miranda (2008), os ativos mais relevantes em um banco comercial são as carteiras de crédito. Assim, para esse estudo a qualidade dos ativos será mensurada pela qualidade da carteira de crédito (QOC).
- *M – Management* (capacidade gerencial): Uma boa gestão é importante para o desempenho da instituição financeira, porém de difícil mensuração, pois se tratam principalmente de fatores qualitativos aplicáveis às instituições (FMI, 2001). Devido às características qualitativas e de mais difícil mensuração, não serão utilizadas as variáveis associadas à capacidade gerencial.
- *E – Earnings* (Resultados): De acordo com o FMI (2001) dados contábeis sobre as margens bancárias, rendimentos e gastos são amplamente utilizados como indicadores de rentabilidade dos bancos, sendo os índices operacionais comuns o retorno sobre ativos (ROA) e o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE). Além disso, será utilizada a margem líquida (ML) como um indicador de rentabilidade, que de acordo com Myers (2010), permite avaliar o *spread* entre as receitas financeiras e as despesas financeiras.
- *L – Liquidity* (Liquidez): Hilbers, Krueger e Moretti (2000) frisam que instituições financeiras inicialmente solventes podem ser conduzidas à insolvência devido à má gestão de liquidez de curto prazo. A instituição financeira deve

ter habilidade de suprir a necessidade de caixa em situação de crise sem comprometer sua atividade operacional. De acordo com Miranda (2008) o percentual do ativo de um banco aplicado em operações de crédito revela a estratégia de aumento em tais operações e a maior ou menor preocupação com a administração da liquidez, pois um aumento da participação dos créditos implica redução da liquidez da instituição. Capelleto e Corrar (2008) aponta que o indicador de participação dos ativos líquidos sobre o total de depósitos informa a liquidez existente em instituições do setor bancário, sugerindo que quanto maior o valor, menor o risco de liquidez. Assim, as variáveis a serem utilizadas no estudo, no que tange à liquidez, são participação dos empréstimos (Part_Emp) e encaixe voluntário (Encaixe).

- S – Sensitivity to market risk (sensibilidade ao risco de mercado): De acordo com o FMI (2001), as instituições financeiras estão cada vez mais envolvidas em operações diversificadas, as quais envolvem um ou mais aspectos de risco de mercado. No entanto, as variáveis associadas ao risco de mercado não serão incluídas na análise devido à dificuldade de obtenção de alguns indicadores nas informações disponibilizadas pela Bloomberg.

Além dos indicadores da metodologia CAMELS, foram incorporadas outras variáveis independentes no modelo, entre elas a representação do tamanho da empresa (TAM), calculada a partir do logaritmo natural do ativo total das instituições financeiras da amostra.

Outra variável independente é representada pelo Rating soberano (RS). De acordo com Williams, Alsakka e Gwilym (2013) o *rating* soberano representa a avaliação da capacidade e da vontade dos governos em cumprir suas obrigações financeiras, afetando a dinâmica dos mercados de capitais e influenciando o custo do capital, sendo a informação do referido *rating* essencial para fixar os juros dos fundos internacionais.

Os autores observaram que bancos de mercados emergentes têm alta probabilidade de ter sua classificação atualizada (rebaixada) logo após uma atualização (rebaixamento) do *rating* soberano. Esse fato foi constatado para todas as três agências de *rating*, porém a agência Moody's demonstrou menor propensão, em alguns casos, a migrar os *rating* de bancos seguindo a classificação soberana. Também Brooks *et al.* (2004) mostram que rebaixamentos de *ratings* soberanos impactam negativamente o retorno do mercado de ações.

Alsakka e Gwilym (2009) também ressaltam que o *rating* soberano auxilia o setor privado de países emergentes a terem acesso ao mercado de capitais.

Por fim, foi incluída uma variável dicotômica no segundo modelo para diferenciar se os países em que se encontram as instituições financeiras são classificados como emergentes ou não emergentes, gerando assim uma nova equação. A segregação dos países em emergentes e não emergentes foi efetuada segundo os critérios e a avaliação do Fundo Monetário Internacional de 2011, que é a classificação mais

recente emitida pelo referido ente.

3.4 População e amostra

A população inicialmente foi composta por 152 instituições financeiras, cujos ativos totais superaram U\$S 50 bilhões, em dezembro de 2015. No entanto, foram excluídas 20 instituições pelo fato de não terem o *rating* atribuído por nenhuma das três agências (S&P, Moody's ou Fitch), totalizando 132 instituições financeiras. Os dados foram obtidos das demonstrações referentes a Dezembro/2015, na base de dados Bloomberg Intelligence.

As instituições analisadas têm sede nos seguintes 29 países, sendo os não emergentes: Alemanha, Austrália, Bélgica, Grã-Bretanha, Coréia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Holanda (Países Baixos), Hong Kong, Itália, Japão, Noruega, Singapura, Suécia, Suíça, Taiwan; e dentre os emergentes: Brasil, China, Colômbia, Índia, Indonésia, Malásia, Polônia, Rússia, Tailândia e Turquia.

À exceção da Colômbia, Taiwan e Tailândia, os demais países mencionados são representados no Comitê de Supervisão de Basileia. No entanto, não foram retiradas da amostra as instituições daqueles países devido à importância dos bancos asiáticos para a análise. Também foi mantido o banco colombiano para melhor compor a amostra de instituições de países emergentes.

4 | RESULTADOS

4.1 Apresentação dos Resultados

Em razão da natureza não linear do método probit, o uso de Mínimos Quadrados Ordinários e Mínimos Quadrados Ponderados não é aplicável (Wooldridge, 2010), porém dentre os possíveis estimadores, foi utilizada a Estimação de Máxima Verossimilhança para dados não-paramétricos (Wooldridge, 2010); (Gujarati & Porter, 2011).

A variável não paramétrica referente ao Tamanho foi transformada no seu logaritmo natural, de forma a suavizar a curva não-paramétrica e a heterocedasticidade em todos os modelos econométricos utilizados.

4.1.1 Resultados sem segregação de emergentes e não emergentes

Na Tabela 1, encontram-se os resultados do modelo probit ordenado (3.1), de natureza probabilística, obtidos no *software* Gretl, utilizando como possíveis variáveis explicativas o Tamanho, Independência Financeira, Imobilização do Capital Próprio, Qualidade das Operações de Crédito, ROE, ROA, Margem Líquida, Participação dos Empréstimos, o Encaixe de Disponibilidades sobre Depósitos à Vista e o *Rating* Soberano.

	Coefficiente	Erro padrão	Z	p-valor	
TAM	0,2151	0,0684	3,1440	0,0017	***
IF	-12,9713	8,1684	-1,5880	0,1120	
ICP	-2,6514	2,1798	-1,2161	0,2239	
QOC	-23,9215	6,6215	-3,6130	0,0003	***
ROE	-0,0100	0,0538	-0,1860	0,8525	
ROA	-0,1154	0,7339	-0,1574	0,8750	
MARGEMLIQ	0,0060	0,0052	1,1530	0,2490	
PARTEMP	1,7293	0,9616	1,7980	0,0721	*
ENCAIXEVOL	-0,1961	0,1038	-1,8892	0,0589	*
RATINGSOBERANO	0,7599	0,1362	5,5770	2,44E-08	***
cut1	-0,1994	2,0122	-0,0991	0,9210	
cut2	0,8234	1,8041	0,4564	0,6481	
cut3	3,6279	1,6772	2,1630	0,0305	**
cut4	6,3934	1,0173	3,5490	0,0004	***
cut5	8,0113	1,8422	4,3490	1,37E-05	***

Tabela 1: Modelo probit ordinal (3.1) com as variáveis originais

Fonte: Elaboração própria extraída do *software* Gretl

4.1.1.1 Resultados com inclusão de variável *dummy* para segregar países emergentes de não emergentes

O modelo foi novamente aplicado com a retirada das variáveis ROE e Margem líquida devido a não significância no modelo anterior. Foi incluída a inclusão da variável *dummy*, com valor 0 para países emergentes e 1 para países não emergentes, pois espera-se que o coeficiente da referida variável seja positivo para países não emergentes, de forma a contribuir com os maiores valores da variável dependente para esses países.

	Coefficiente	Erro-padrão	z	p-valor	
TAM	0,2640	0,0716	3,695	0,0002	***
IF	-12,9131	5,8311	-2,215	0,0268	**
ICP	-3,089	2,2108	-1,397	0,1623	
QOC	-23,6190	6,4770	-3,6470	0,0003	***
ROA	-0,0131	0,2558	-0,0512	0,9592	
PARTEMP	1,8490	0,9671	1,912	0,0559	*
ENCAIXEVOL	-0,1607	0,0996	-1,614	0,1066	
RATINGSOBERANO	0,6360	0,1455	4,3710	1,44E-05	***
EMERG X NÃOEMERG	0,7561	0,3615	2,0920	0,0365	**
cut1	0,57655	1,8873	0,3055	0,7600	
cut2	1,5754	1,6967	0,9285	0,3531	
cut3	4,3361	1,5863	2,7330	0,0063	***
cut4	7,0652	1,7083	4,1360	0,0000	***
cut5	8,7688	1,7678	4,9600	7,03E-07	***

Tabela 2: Modelo probit ordinal (3.2) com a *dummy* Emergentes x Não emergentesFonte: Elaboração própria extraída do *software* Gretl

	Coefficiente	Erro Padrão	Z	p-valor	
TAMLN	0,2170	0,0685	3,1654	0,0015	***
IF	-12,5700	5,9937	-2,0972	0,0360	**
ICP	-3,1090	2,2659	-1,3720	0,1701	
QOC	-21,7177	6,3939	-3,3966	0,0007	***
ROA	-0,1968	0,2233	-0,8813	0,3782	
PARTEMP	2,4928	1,0848	2,2978	0,0216	**
ENCAIXEVOL	-0,2144	0,1020	-2,1018	0,0356	**
RATINGSOBERANO	0,7775	0,1405	5,5312	<0,0001	***
ÍNDICE BASILEIA	0,1152	0,0471	2,4423	0,0146	**
cut1	2,4007	2,0320	1,1815	0,2374	
cut2	3,2898	1,8692	1,7600	0,0784	*
cut3	5,9843	1,7775	3,3666	0,0008	***
cut4	8,7401	1,9118	4,5715	<0,0001	***
cut5	10,4239	1,9882	5,2428	<0,0001	***

Tabela 3: Modelo probit ordinal (3.3) com a exclusão da variável *dummy*Fonte: Elaboração própria extraída do *software* Gretl

4.1.2 Resultados com instituições financeiras de países emergentes

A população inicial foi separada em duas amostras: IF de países emergentes e IF de países não emergentes. O modelo (3.1) foi novamente utilizado na sub amostra composta por IF de países emergentes sem o ROE e a Margem Líquida.

	Coefficiente	Erro Padrão	z	p-valor	
TAMLN	-0,0578	0,1729	-0,3345	0,7380	
IF	1,7026	20,9035	0,0815	0,9351	
ICP	-0,8171	6,2961	-0,1298	0,8967	
QOC	-1,7075	21,7847	-0,0784	0,9375	
ROA	-0,3249	0,5217	-0,6227	0,5335	
PARTEMP	11,5412	5,5250	2,0889	0,0367	**
ENCAIXEVOL	-0,5713	0,9246	-0,6179	0,5367	
RATINGSOBERANO	2,33164	0,9135	2,5524	0,0107	**
cut1	13,7321	6,6988	2,0499	0,0404	**
cut2	18,3748	7,4937	2,4521	0,0142	**

Tabela 4: Modelo probit ordinal (3.1) para a amostra de países emergentes

Fonte: Elaboração própria extraída do *software* Gretl

4.1.3 Resultados com instituições financeiras de países não emergentes

O modelo (3.1) foi novamente aplicado na sub amostra de IF de países não emergentes, retirando-se o ROE e a Margem Líquida.

	Coefficiente	Erro Padrão	Z	p-valor	
TAMLN	0,2610	0,1085	2,4047	0,0162	**
IF	-18,2146	7,2137	-2,5250	0,0116	**
ICP	-4,1562	2,6119	-1,5913	0,1115	
QOC	-23,3766	8,9418	-2,6143	0,0089	***
ROA	0,5057	0,4156	1,2169	0,2236	
PARTEMP	1,3285	1,1575	1,1477	0,2511	
ENCAIXEVOL	-0,1309	0,1109	-1,1804	0,2378	
RATINGSOBERANO	0,3724	0,1903	1,9567	0,0504	*
cut1	-1,87006	2,9834	-0,6268	0,5308	
cut2	-0,2930	2,6906	-0,1089	0,9133	
cut3	1,4165	2,4488	0,5785	0,5629	
cut4	4,0859	2,4827	1,6457	0,0998	*
cut5	5,7208	2,5398	2,2525	0,0243	**

Tabela 5: Modelo probit ordinal (3.1) para a amostra de países não emergentes

Fonte: Elaboração própria extraída do *software* Gretl

Em todos os modelos aplicados, o teste qui-quadrado para a normalidade dos resíduos demonstrou p-valor de aproximadamente 0,000. O teste de razão de verossimilhança (qui-quadrado) aplicado às variáveis não-paramétricas teve como resultado p-valor igual a 0,0000 em todos os modelos. O Teste de Inflação de Variância e a matriz de correlação das variáveis não apontaram evidências de multicolinearidade entre as variáveis.

4.2 Discussão dos Resultados

4.2.1 Resultados sem segregação de emergentes e não emergentes

Para os resultados apresentados na Tabela (2), as variáveis que tiveram significância estatística a 1,0% foram: Tamanho, Qualidade das Operações de Crédito e *Rating* Soberano; a 10,0% foram a Participação dos Empréstimos e o Encaixe das Disponibilidades sobre Depósitos à Vista. Portanto, os sinais dos coeficientes destas variáveis foram os mesmos esperados nas hipóteses levantadas. Foram utilizadas 109 observações.

As variáveis estatisticamente mais significantes (a 1,0%) confirmaram a hipótese H3 de que o tamanho das instituições (coeficiente 0,2151) é positivamente correlacionado com o *rating* das IF e a hipótese H2 de que o *rating* soberano (coeficiente 0,7599) também têm correlação positiva com o *rating* das IF da amostra. Também se observa que a variável qualidade das operações de crédito, que representa o percentual de PCLD em relação à carteira de crédito, apresentou correlação negativa

com o *rating* das IF, conforme esperado na hipótese H5, e um coeficiente de -23,9215. Portanto, a diferença entre os coeficientes dá-se ao fato de que os indicadores como qualidade das operações de crédito são números racionais que serão multiplicados pelos respectivos Beta; as variáveis como *rating* soberano são números inteiros; e a variável tamanho apresenta o logaritmo dos ativos totais, cujos valores apresentados são superiores a 10.

Dentre as variáveis estatisticamente menos significantes (a 10,0%), a participação dos empréstimos sobre os ativos totais apresentou correlação positiva com o *rating* das IF da amostra (coeficiente 1,7293), corroborando a hipótese H4 apresentada na pesquisa de que os indicadores de qualidade dos ativos estariam diretamente correlacionados com o *rating* das IF.

Porém, o encaixe voluntário das disponibilidades sobre os depósitos à vista apresentou correlação negativa com o *rating* das instituições da amostra (coeficiente -0,1961), com sinal oposto ao esperado na hipótese H7. Desta forma, pode-se inferir que se espera que uma IF tenha grande parte dos seus ativos de maior liquidez direcionados para operações de crédito ao invés de mantê-los em caixa ou equivalentes de caixa, pois o crédito é o cerne dos resultados financeiros das IF e traz maior rentabilidade.

As variáveis: Independência Financeira, Imobilização do Capital Próprio, ROE, ROA e Margem Líquida não apresentaram influência no *rating* das instituições, apesar de serem possíveis variáveis explicativas. A independência financeira e a imobilização do Capital Próprio possivelmente não tiveram significância em virtude da maior influência da participação dos empréstimos como melhor indicador de direcionamento dos ativos para o tipo de instituições avaliadas (instituições financeiras). Já os indicadores de rentabilidade (ROE, ROA e Margem Líquida) sequer apresentaram influência na composição dos *ratings* das IF.

4.2.1.1 Resultados com inclusão de variável *dummy* para segregar países emergentes de não emergentes

Para os resultados apresentados na Tabela (3), as variáveis estatisticamente mais significantes (a 1,0%) permaneceram as mesmas após a inclusão de mais uma variável (*dummy*) para segregar os países emergentes de não emergentes e a retirada das variáveis ROE e Margem Líquida. Desta forma, também confirmaram as hipóteses H3 e H2 de que o tamanho das instituições (coeficiente 0,2640) e o *rating* soberano (coeficiente 0,6360) têm correlação positiva com o *rating* das IF da amostra. A variável qualidade das operações de crédito permaneceu apresentando correlação negativa com o *rating* das IF, conforme esperado na hipótese H5, com um coeficiente de -23,6190.

A variável independência financeira passou a ser significativa a 5,0%, porém

com um sinal diferente no esperado na hipótese H7, com coeficiente de -12,9131. Desta forma, infere-se que a origem do *funding* ser oriundo do capital de terceiros em detrimento do capital próprio é melhor para o tipo de instituição em análise porque representa um maior volume de depósitos captados.

O fato de a variável *dummy* incluída emergentes x não emergentes ser significativa a 5,0%, com coeficiente positivo de 0,7561, confirmou a hipótese H1 de que IF situadas em países não emergentes tendem a ter maiores *ratings* do que IF situadas em países emergentes.

A participação dos empréstimos sobre os ativos totais permaneceu com influência no *rating*, porém com menor significância estatística (a 10%). Para a referida variável, o coeficiente obtido foi 1,8490, com o mesmo sinal esperado na hipótese H4, na qual os índices de qualidade de ativos teriam correlação direta com o *rating* das IF.

4.2.2 Resultados com instituições financeiras de países emergentes

Os resultados apresentados na Tabela (5) demonstram que as únicas variáveis independentes estatisticamente significantes para a sub amostra de países emergentes foram: o *Rating* Soberano e a Participação dos Empréstimos sobre o total dos ativos.

Desta forma, infere-se que o *Rating* Soberano (coeficiente 2,33164) é o principal determinante do *Rating* de crédito das instituições financeiras dos países classificados como emergentes juntamente com o indicador de Participação dos Empréstimos sobre os Ativos Totais (coeficiente 11,5412), ambos com correlação positiva conforme esperado nas hipóteses H2 e H4.

Portanto, os resultados demonstram que a variável econométrica relacionada ao risco país e a variável referente à participação dos empréstimos sobre os ativos totais possuem significância estatística a 5%.

O resultado obtido aponta para a explicação de que há um teto soberano, ou seja, o *rating* das IF de países emergentes é atribuído ao *rating* do país em que a IF está situada, em detrimento de outras variáveis. A Participação dos Empréstimos sobre o Total de Ativos foi a única variável além do *rating* soberano que apresentou significância na determinação do *rating* de IF de países emergentes, sendo um indicador de qualidade dos ativos.

Os resultados obtidos reforçam a hipótese de que o *Rating* Soberano seria o principal determinante do *rating* de IF sediados em países emergentes e também reforçam a existência de um teto soberano que limita o *Rating* das instituições financeiras principalmente em países emergentes, aceitando as hipóteses H2 e H1.

Além disso, observa-se que a participação dos empréstimos seria o único indicador de qualidade dos ativos estatisticamente significativo e que está positivamente relacionada ao *Rating* das instituições dos países emergentes, aceitando a hipótese H4 para a amostra de emergentes.

4.2.3 Resultados com instituições financeiras de países não-emergentes

Verifica-se que as variáveis explicativas predominantes no total da amostra original (Tamanho, Independência Financeira e Qualidade das Operações de Crédito) somente permaneceram estatisticamente significantes na sub amostra dos países não emergentes, conforme Tabela (6), sendo o *Rating* Soberano a única variável com significância estatística no bloco de emergentes e de não emergentes.

A única variável que teve significância estatística na sub amostra de países não-emergentes, a 1,0%, foi a Qualidade das Operações de Crédito, com coeficiente negativo (-23,3766), conforme esperado na hipótese H5. Portanto, verifica-se que um maior índice de PCLD sobre operações de crédito afeta negativamente o *rating* das instituições.

O Tamanho (0,2610) e a Independência Financeira (-18,2146) foram estatisticamente significantes a 5,0%. Portanto, verifica-se correlação positiva do porte das instituições com o *rating* atribuído, confirmando a hipótese H3.

A independência financeira apresentou correlação negativa, diferentemente do esperado na hipótese H7, devido ao fato de que a Qualidade das Operações de Crédito seria o indicador mais importante de qualidade dos ativos das IF de países não emergentes. Portanto, para instituições financeiras em geral, observa-se que é preferível aplicar os recursos no crédito ao invés de mantê-los em caixa ou equivalentes de caixa. Deve haver certa quantia em caixa ou equivalentes de caixa para manter a liquidez, contudo os montantes destinados a esses grupamentos devem ser mínimos, já que as IF devem priorizar a oferta de crédito e financiamento.

O *Rating* Soberano também apresentou significância (a 10,0%), porém em menor grau quando comparado à influência sobre os países emergentes. O sinal do coeficiente desta variável (0,3724) foi positivo, de acordo com a hipótese H2.

Verifica-se que o tamanho é determinante nos países não emergentes, diferentemente dos países emergentes em que o *Rating* Soberano exerce uma espécie de teto limitador para o *Rating* das instituições.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou evidências empíricas sobre as principais variáveis explicativas do *rating* das instituições financeiras. A proposta foi avaliar a influência do tamanho, dos indicadores econômico-financeiros oriundos da Contabilidade, do *rating* soberano do país em que as instituições se encontram e da classificação desses países em emergentes e não-emergentes, segundo os critérios mais recentes do FMI.

Os resultados trouxeram evidências de que o tamanho, a independência financeira, a qualidade das operações de crédito, o *Rating* Soberano, a classificação

dos países em que as instituições são sediadas em Emergentes ou Não-emergentes e o Índice de Basileia são variáveis determinantes do *Rating* de crédito das instituições financeiras de um grupo de 29 países, sendo 19 não-emergentes e 10 emergentes, com ativos totais superiores a U\$S 50 bilhões.

Foi incluído o índice de Basileia como possível variável explicativa e os resultados corroboraram a hipótese de que a referida variável seria um determinante do *rating* das instituições financeiras da população avaliada. Segundo Bissoondoyal-Bheenick e Treepongkaruna (2011), o Índice de Basileia seria uma das proxies comumente utilizadas pelos reguladores para avaliar a adequação de capital e avaliar a conformidade com o padrão de capital mínimo requerido para instituições financeiras.

Ao incluir a variável *dummy* para segregar os países em emergentes e não-emergentes, observa-se que tal variável também registrou significância estatística por corroborar a hipótese de que os maiores *ratings* seriam atribuídos a IF de países não-emergentes.

Porém, ao segregar a amostra em sub amostras (países emergentes e não-emergentes ao invés de incluir a variável *dummy*), verifica-se que o *Rating* Soberano é o principal determinante do *Rating* de crédito das instituições financeiras dos países emergentes. Os resultados indicam que somente a variável econométrica relacionada ao risco país e a variável referente à participação dos empréstimos sobre os ativos totais possuem significância estatística na amostra dos emergentes, o que traz inferências relevantes para uma população de IF sediadas em países emergentes.

O fato de a variável *Rating* Soberano ser a mais estatisticamente significante na sub amostra dos países emergentes confirma estudos anteriores de que o *Rating* Soberano seria uma espécie de teto limitador para o *rating* de IF de países emergentes. Portanto, observa-se que há instituições financeiras robustas em países emergentes com *rating* de crédito abaixo do devido, em função da limitação do teto soberano. Os *ratings* de crédito atribuídos a tais instituições deveriam estar no mesmo patamar dos *ratings* de crédito de grandes instituições financeiras de países não-emergentes.

Observa-se na amostra dos países não-emergentes que o tamanho, a qualidade das operações de crédito e o *rating* soberano teriam influência na determinação do *rating*, sendo que, dentre as variáveis, o *rating* soberano teria menor influência em comparação às demais variáveis explicativas.

Portanto, nos países não-emergentes, a Qualidade das operações de crédito seria a variável mais associada ao risco de contraparte das operações de crédito para determinar o *rating* de IF deste grupo de países.

Observa-se que as agências de *rating* levam em conta os fatores intrínsecos à própria instituição na atribuição de *rating* de crédito de IF países não-emergentes e, em menor grau, um possível suporte governamental em uma situação de *default*. Portanto, nesse grupo de países, o tamanho da própria instituição pode contribuir com

o *rating* de crédito, além do nível de divulgação das demonstrações e da maneira com que essas instituições administram seus ativos, principalmente a carteira de crédito.

O fato de a amostra não ter sido feita por série temporal, em painel, foi um limitador à pesquisa, pois fatores de autorregressão e outros fatores temporais poderiam ter influência na análise. Novos estudos podem ser efetuados considerando-se os efeitos temporais sobre as variáveis analisadas.

Buscou-se, neste trabalho, incorporar as variáveis Índice de Basileia e *Rating* Soberano ao modelo probit anteriormente utilizado, de forma segregada entre IF de países emergentes e não-emergentes. Em trabalhos anteriores, como o de Bissoondoyal-Bheenick e Treepongkaruna (2011), foi incluído o índice de Basileia dentre as variáveis explicativas, mas o fato de amostra ter sido restrita a bancos britânicos e australianos restringiu a referida pesquisa a instituições financeiras de países não-emergentes.

REFERÊNCIAS

Alsakka, R., & Gwilym, O. (2009). Heterogeneity of sovereign rating migrations in emerging countries. *Emerging Markets Review*, 10, 151-165.

Assaf Neto, A. (2002). *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

Banco Central do Brasil. (2016). Recomendações de Basileia. Recuperado em 1º fevereiro, 2017, de <https://www.bcb.gov.br/fis/supervisao/basileia.asp>

Bissoondoyal-Bheenick, E., & Treepongkaruna, S. (2011). An analysis of the determinants of bank ratings: comparison across ratings agencies. *Australian Journal of Management*, 36(3), 405-424.

Brooks, R., Faff, R., Hillier, D., & Hillier, J. (2004). The national market impact of sovereign rating changes. *Journal of Banking & Finance*, 28, 233-250.

Cantor, R. Rating and Regulation. (2013). *BIS Paper*, 72(2). Recuperado em 30 novembro, 2016, de <http://www.bis.org/publ/bppdf/bispap72.htm>

Capelletto, L. R., & Corrar, L. J. (2008). Índices de risco sistêmico para o setor bancário. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(47), 6-18, Recuperado em 10 outubro, 2015, de <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34257>

Creswell, J. W. (2016). *Projeto de pesquisa*. 3ª ed. São Paulo, Bookman; Artmed.

Damasceno, D. L., Artes, R., & Minardi, A. M. A. F. (2008). Determinação de rating de crédito de empresas brasileiras com a utilização de índices contábeis. *Revista de Administração*, 43(4), 344-355.

Espírito Santo, A. C. A. (2009). *O impacto do novo acordo de Basileia no sistema bancário do Brasil e Argentina*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Fernandino, G. F., Takamatsu, R. T., & Lamounier, W. M. (2014). Impacto dos índices contábeis na aplicação de rating de crédito em empresas brasileiras de capital aberto. *Revista Contabilidade Vista*

& *Revista*, 25(3), 78-94. Recuperado em 10 outubro, 2015, de http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidade_vistaerevista/article/view/2872/pdf_85

Fundo Monetário Internacional - FMI. (2001). *Macroprudential Analysis: Selected Aspects Background Paper*. Monetary and Exchange Affairs Department. Recuperado em 10 outubro, 2015, de <https://www.imf.org/external/np/mae/fsi/2001/eng/bkg.pdf>

Gordy, M. B. A. (2002). *Risk-Factor Model Foundation for Rating-Based Bank Capital Rules*. Federal Reserve. Recuperado em 30 junho, 2016, de <https://www.federalreserve.gov/pubs/feds/2002/200255/200255pap.pdf>

Gujarati, D. N., Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica, 5.Ed.* Porto Alegre: AMGH.

Han, S. H., Yoon, S. S., Reinhart, W., & Moore, W. T. (2009). Market segmentation in corporate credit rating changes: the case of emerging markets. *Journal of Financial Services Research*, 35(2), 141-166. Recuperado em 05 novembro, 2015, de <http://dx.doi.org/10.1007/s10693-008-0049-0>

Hau, H., Langfield, S., & Marques-Ibanez, D. (2012). Bank credit ratings: What determines their quality? *Swiss Finance Institute, Research Paper Series*, 12(31).

Hilbers, P., Krueger, R., & Moretti, M. (2000). New tools for assessing financial system soundness. *Finance & Development, IMF*, 37(3). Recuperado em 11 outubro, 2015, de <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2000/09/hilbers.htm>

King, M. R., Ongena, S., & Tarashev, N. (2016). Bank stand alone credit ratings, *BIS Working Papers*, 542.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2015). *Metodologia do Trabalho Científico*. 7ª ed. São Paulo: Atlas.

Minardi, A., Sanvicente, A., & Artes, R. (2006). Determinação de crédito de unidades de negócio visando estimar o custo de capital de terceiros. São Paulo: Ibmec.

Miranda, V. L. (2008) *Impacto da adoção das IFRS (Internacional Financial Reporting Standards) em indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Européia*. 2008. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Murcia, F. C. S., Murcia, F. D., & Borba, J. A. (2014). Rating de crédito corporativo: revisão da literatura e oportunidades para pesquisa no cenário brasileiro. *Revista de Economia e Administração*, 13(1), 54-96.

Myers, F. E. (2010). *Basics for Bank Directors*. Kansas City: Federal Reserve Bank of Kansas City.

Packer, F., & Tarashev, N. (2011). Rating methodologies for banks. *BIS Quarterly Review*, 3.

Pereira, L. H. M., Martins, O. S. (2015). Rating de Crédito, Governança Corporativa e Desempenho das Empresas Listadas na BM&F Bovespa. *REGE – Revista de Gestão*, 22(2), 205-211.

Saunders, A., Cornett, M. M. (2012). *Financial Market and Institutions: a modern perspective*. 5ª ed. Clemson: McGraw-Hill.

Silva, E. L., Menezes, E. M. (2001). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC.

Soares, G. O. G., Coutinho, E. S., & Camargos, M. A. (2012). Determinantes do rating de crédito das companhias brasileiras. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 23(3), 109-143.

Walliman, N. (2001), *Your Research Project: a step-by-step guide for the first time researcher*. 1. ed. Londres: Sage.

Wooldridge, J. (2010). *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. 2. ed. Cambridge: The Mit Press.

Williams, G., Alsakka, R., & Gwilym, O. (2013). The impact of sovereign rating actions on bank ratings in emerging markets. *Journal of Banking & Finance*, 37(2), 563-577.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração pública 1, 4, 6, 7, 12, 71, 147, 164, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 192, 205, 210, 215, 222, 223, 224, 250, 253, 254, 255, 262, 289, 290, 291, 300, 301

Avaliação de desempenho 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 136, 169, 178, 219, 304, 307, 315, 316

B

BCC 166, 167, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 198

C

Capacidade de absorção 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143

CCR 166, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 198

Competitividade 4, 36, 37, 46, 50, 60, 62, 64, 68, 69, 70, 86, 134, 135, 141, 181, 302, 324, 337, 338, 407, 408, 428, 429, 431, 438

Contabilidade 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 50, 51, 53, 58, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 254, 301, 323, 335, 363, 365, 366, 379, 380, 392, 393, 436

Contratações públicas 1, 3, 4, 12, 13, 14

Contratos administrativos 179, 180, 183, 187, 188, 192, 193, 263

Cooperativa 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236

Cooperativismo 122, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 416, 417

D

DEA 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 194, 196, 197, 198

Desempenho operacional 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Direito cooperativo 225

E

Eficiência 1, 3, 4, 6, 7, 12, 13, 16, 28, 32, 34, 38, 39, 43, 50, 61, 78, 85, 90, 133, 137, 149, 152, 158, 159, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 187, 188, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 216, 233, 235, 239, 240, 265, 271, 290, 301, 305, 306, 338, 378, 385, 417

Estratégias em cooperativas 225

Ética 15, 16, 18, 24, 131, 215, 288, 292, 346, 419

Experimento 119, 121, 123, 124, 129, 266, 271

F

Feedback 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 61, 244, 285, 287, 313, 332

Ferramenta de gestão 25, 32, 33

Fiscalização 4, 13, 161, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 238, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 257, 263, 387

G

Gastos públicos 194, 195, 197, 204, 238, 242, 291, 301

Gerenciamento da qualidade 60, 62, 63

Gestão 15, 18, 19, 25, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 40, 45, 46, 47, 49, 51, 53, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 106, 107, 109, 111, 114, 116, 117, 118, 133, 135, 136, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 223, 224, 225, 227, 228, 230, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 263, 264, 275, 278, 279, 288, 292, 297, 298, 299, 300, 301, 306, 321, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 344, 345, 346, 355, 366, 368, 370, 371, 378, 379, 381, 382, 383, 384, 385, 391, 392, 419, 424, 426, 432, 433, 435, 436, 437, 438, 439

Gestão aeroportuária 146

Gestão de cooperativas 225

Governança 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 160, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 254, 264, 271, 292, 300, 303, 366, 407, 417, 419

Governança de tecnologia da informação 72, 73, 75, 76, 86, 87

I

Infraero 7, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164

Institutos federais de educação 194, 290

Integração com cliente 132, 135, 141, 142

Integração com fornecedor 132, 134, 135, 140, 141

Integração interna 132, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 278, 279

L

Lean Information Technology 72, 73

Lei 8.666/93 1, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 181, 183, 191, 192

M

Manutenção de registros históricos 119

O

Obras de infraestrutura 1, 2, 3, 4, 7, 12

Organização empregadora profissional 47, 48

Organizações 25, 26, 28, 31, 36, 37, 40, 41, 43, 44, 45, 49, 58, 60, 61, 64, 67, 68, 69, 70, 73, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 150, 151, 164, 179, 217, 224, 225, 227, 229, 238, 240, 245, 247, 248, 251, 275, 276, 277, 278, 279, 282, 287, 288, 292, 294, 303, 306, 315, 323, 332, 335, 346, 371, 378, 379, 383, 421, 425

P

Patrimônio 15, 17, 18, 22, 23, 24, 149, 262, 290, 351, 352, 353, 355, 399, 400, 423

Pequenas e Médias Empresas (PMES) 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 436

Perfil do colaborador 47

Políticas públicas 196, 198, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 241, 245, 251, 255, 258, 419, 421, 431, 433, 434, 435

Produtividade 4, 13, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 50, 68, 70, 74, 106, 107, 116, 137, 170, 171, 188, 195, 196, 203, 228, 280, 326, 408, 418, 428

Profissional contabilista 15, 24

Q

Qualidade de vida no trabalho 33, 36, 37, 39, 41, 43, 44, 45, 46

R

Reciprocidade 119, 120, 121, 122, 123, 124, 129, 130, 213, 313, 371

Recursos humanos 36, 41, 43, 44, 50, 53, 61, 136, 194, 231, 264, 326, 334, 335

Redes 169, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 223, 224

Regime diferenciado de contratações – rdc 1, 4, 12

Relações público-privadas 146

Reputação 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

S

Sociedade 7, 15, 16, 17, 23, 24, 39, 40, 45, 48, 73, 120, 121, 122, 149, 151, 153, 156, 159, 160, 161, 162, 167, 180, 188, 195, 209, 210, 211, 212, 213, 216, 217, 219, 220, 223, 225, 227, 228, 230, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 241, 242, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 260, 262, 267, 271, 277, 278, 280, 281, 282, 286, 287, 290, 291, 337, 340, 345, 378, 396, 398, 418

Sociedades mercantis 225

Sociedades por ações 225

T

Terceirização 47, 48, 51, 52, 54, 58, 150, 179, 180, 182

Transparência 4, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 123, 210, 211, 215, 216, 217, 219, 221, 241, 247, 249, 252, 254

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-775-8



9 788572 477758